

Brincadeiras na Educação

A Educação brasileira vive, especialmente na gestão do ministro Carlos Chiarelli, de grandes novidades. Em um momento se apresenta o concreto pedagógico dos Cieps como a salvação do ensino público; em outro, promete-se em quatro anos alfabetizar dez vezes mais adultos que as duas décadas de Mobral — sem que ninguém saiba exatamente como isso será feito. Um tema no entanto, justiça seja feita, mereceu ser tratado com maior engenhosidade que todos os outros: o vestibular. Em setembro, o ministério proibiu a existência de vagas ociosas nas universidades públicas do País, extinguindo por decreto a prova mais inquestionável da falência do ensino brasileiro de primeiro e segundo grau. Agora, aguardando o melhor momento para o maior alarde publicitário possível, criam a novíssima idéia para o assunto: o vestibular *sem prova*.

O mais interessante é que o “espaço” escolhido para experimentar a nova idéia é uma universidade que ainda não tem prédio nem corpo docente: a Universidade de Tocantins (Unitins). O primeiro “vestibular” da nova escola superior só será realizado no ano que vem e não consistirá em nenhuma prova, mas sim em uma seleção conforme o desempenho escolar dos candidatos desde as últimas séries do primeiro grau e todo o colegial. O MEC interessa-se muito pela idéia e nos seus resultados, já que pode adotá-la como modelo para o resto do País.

Seria um insulto à inteligência de qualquer brasileiro medianamente informado arrolar argumentos para discutir essa proposta, notadamente quando se observa a área escolhida para o experimento. Se o índice em termos de Brasil é de 85% dos jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos fora das escolas de segundo grau, o que a rede escolar de Tocantins, Estado criado em 1988, teria como especial para servir de “modelo” para o resto do País? É preciso acompanhar com atenção essa “proposta”, prova inequívoca

da absoluta falta de seriedade com que se vêm tratando os problemas educacionais de um país que pretende exigir sua entrada no chamado mundo industrializado de alta tecnologia.

Repetir que o sistema educacional brasileiro cresceu — mas não educa — chega a ser monótono. Novidade de fato seria conseguir estabelecer uma política educacional competente o suficiente para reverter pelo menos o escândalo estatístico evidenciado no levantamento do próprio MEC de que apenas 18% das nossas crianças concluem o primeiro grau. E mais: nada adianta ampliar a oferta de vagas no terceiro grau, porque a demanda de formandos no segundo grau não cresce (são 440 mil vagas no curso superior para menos de 600 mil concluintes do colegial), por motivos que começam na própria incompetência do Estado para construir uma identidade para o segundo grau — se deve ser profissionalizante ou não. Isso, para que não se fale que as verbas destinadas à Educação são muito mal-empregadas: de cada Cr\$ 100 orçamentários só Cr\$ 52 chegam à sala de aula. Ou, para lembrar os dados do Departamento de Orçamento da União: em 1981, as despesas com pessoal das universidades federais consumiam US\$ 1,1 bilhão e no ano passado, US\$ 3,8 bilhões!

Como enfrentar e mudar essa realidade exige seriedade e duras definições políticas, parece ser mais conveniente, assim, o tom de brincadeira. Mesmo que o custo final da diversão seja o futuro do País.

